

GAZETA DE SOUSA

Jornal Oficial do Município - Lei Municipal nº 811/74

Nº 1493 - Edição Especial de Outubro de 2025



P R E F E I T U R A D E
SOUSA

*Por mais
conquistas*



www.sousa.pb.gov.br



[prefeiturasousapb](https://www.instagram.com/prefeiturasousapb)



Rua Cel. José Gomes de Sá, 27 - Centro CEP. 58.800-050 - Sousa - Paraíba



GAZETA DE SOUSA

Jornal Oficial do Município – Lei Municipal nº 811/74

Nº 1493 – Edição Especial de Outubro de 2025

Sousa/PB – Sexta, 31 de Outubro de 2025

DECRETO

DECRETO Nº 949, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 3.327 DE 17 DE SETEMBRO DE 2025, QUE “CRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB, O “PROGRAMA HABILITAÇÃO SOCIAL” E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso III, alínea “e” da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, as atribuições previstas pela Lei nº 15.153/2025, que altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), estabelecendo a possibilidade de utilização da receita arrecadada com multa de trânsito com o custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda;

CONSIDERANDO, as disposições previstas na Lei Municipal nº 3.327 de 17 de Setembro de 2025, que “Cria no Âmbito do Município de Sousa/PB, o “Programa Habilitação Social”

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 3.327, de 17 de Setembro de 2025, que cria o Programa “Habilitação Social” no âmbito do município de Sousa/PB, com o objetivo de possibilitar a obtenção gratuita da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para condutores de baixa renda, nas condições fixadas neste regulamento.

Parágrafo único. A gratuidade de que trata o caput deste artigo aplica-se, exclusivamente, ao primeiro processo de habilitação do condutor nas categorias “A” ou “B” e curso profissionalizado formação condutor e trilha formativa digital.



Art. 2º O Programa “Habilitação Social” será executado pela STTRANS – Superintendência de Transportes e Trânsito de Sousa, que poderá firmar parcerias e convênios necessários para sua implementação.

Parágrafo único. Fica instituída Comissão de Avaliação para dar assessoramento administrativo, bem como implantar, executar, avaliar e supervisionar o Programa, composta por 03 (três) membros, sendo estes integrantes da Chefia de Gabinete, Superintendência de Transporte e Trânsito - STTRANS, e Secretaria de Assistência Social, indicados pelo Secretário da referida pasta.

Art. 3º O Programa “Habilitação Social” tem por objetivo custear as despesas referentes as taxas cobradas pelo DETRAN/PB, e dos cursos teórico e prático de direção veicular ministrados pelos Centros de Formação de Condutores (CFC), em proveito dos beneficiários do programa e fornecer formação profissional especializada.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, serão custeados o pagamento das taxas dos seguintes serviços:

- I - exame de aptidão física e mental;
- II - exame de avaliação psicológica;
- III - 1 (uma) junta médica;
- IV - exame teórico;
- V - licença de aprendizagem de direção veicular;
- VI - exame prático de direção veicular;
- VII - formação profissional.

§ 2º O custeio das taxas não alcança os exames toxicológicos, devendo o candidato arcar com os respectivos custos, se exigidos, sob pena de exclusão automática do Programa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos IV e VI do § 1º deste artigo, o custeio da taxa ficará limitada a realização de 1 (um) reteste, cabendo ao beneficiário, em caso de reprovação, o pagamento da taxa referente aos demais retestes necessários para a sua habilitação, sob pena de exclusão automática do Programa.

§ 4º O candidato com inaptidão temporária ou encaminhado à Junta Médica Especial, bem como, o candidato que solicitar perícia em junta médica ou psicológica em grau de recurso, poderá refazer os exames correspondentes, sem ônus, uma única vez.



Art. 4º Poderão candidatar-se aos benefícios do Programa “Habilitação Social” o cidadão que souber ler e escrever; possuir CPF e RG; possuir residência mínima de 03 (três) anos no município de Sousa/PB; ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; possuir domicílio eleitoral no município de Sousa/PB; apresentar laudo da pessoa com deficiência, quando for o caso; ter renda familiar mensal de até 1½ (um e meio) salário mínimo, ou estar desempregado(a) há mais de um ano, ou estar inscrito(a) no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, além de outros beneficiários de programas assistenciais enquadráveis em situações similares e previstos em Lei, e que atenderem aos requisitos do art. 5º deste Decreto;

Art. 5º Para fazer jus aos benefícios do Programa “Habilitação Social”, o interessado deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da inscrição;
- II – Estar inscrito, como representante da unidade familiar ou dependente, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.016/2022, com cadastro atualizado na Base Nacional até a data estabelecida neste Edital, ou ter renda familiar mensal de até 1½ (um e meio) salário mínimo, ou estar desempregado(a) há mais de um ano;
- III – Saber ler e escrever;
- IV – Ser domiciliado no município de Sousa/PB, há, no mínimo, 03 (três) anos, devendo apresentar comprovação de residência;
- V – Possuir Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- VI – Possuir carteira de identidade ou documento equivalente, com foto, nos termos do art. 140 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
- VII – Domicílio eleitoral no Município de Sousa/PB;
- VIII – Ser genitor(a) atípico(a), para as vagas destinadas no art. 6º, §2º, desde Decreto;
- IX – Ser pessoa com deficiência, quando for o caso;
- X – Não estar judicialmente impedido de possuir CNH;
- XI – Não ter tido a Carteira Nacional de Habilitação – CNH ou a Permissão para Dirigir cassada ou suspensa, administrativa ou judicialmente.
- XII – Não ter cometido infração penal em direção de veículo automotor, previsto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com condenação em sentença penal transitada em julgado;



XIII- Não ter cometido infração de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infração de natureza leve ou média, nos últimos 12 (doze) meses;

Parágrafo único: O candidato deverá preencher os demais requisitos exigidos para obtenção de CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

Art. 6º O número de vagas disponibilizadas pelo Programa “Habilitação Social” será definido em ato editado pelo STTRANS, com base na respectiva disponibilidade financeira, distribuídas conforme escolha dos candidatos selecionados.

§1º. O percentual de 5% (cinco por cento) das vagas serão destinadas a candidatos considerados pais e mães atípicos.

§2º. Não alcançado o percentual das vagas destinadas a candidatos pais e mães atípicos, previstas no §1º, serão redistribuídas para os candidatos que concorrerem as vagas gerais.

§3º Em caso de preenchimento do número total de vagas disponibilizadas, havendo empate entre candidatos, serão utilizados os seguintes critérios de desempate por ordem de prioridade:

I- menor renda per capta familiar;

II- maior número de dependentes no grupo familiar;

III- desempregado por mais tempo;

IV- que tiver maior idade.

Art. 7º Os exames de aptidão física e mental e o exame de avaliação psicológica deverão ser realizados por clínicas credenciadas no DETRAN/PB, após encaminhamento da entidade ou empresa que executará o programa.

Art. 8º Os cursos teórico e prático de direção veicular deverão ser ofertados por Centro de Formação de Condutores (CFC) credenciados no DETRAN/PB e sediados no município de Sousa.



Art. 9º. O Superintendente da STTRANS – Superintendência de Transportes e Trânsito de Sousa, disponibilizará edital, a ser publicado em sitio oficial do município, ou empresas e entidades contratadas, com vistas ao credenciamento das clínicas e CFCs interessados em participar do Programa “Habilitação Social”, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 ou legislação aplicável.

Art. 10. O curso teórico de direção veicular contemplará a carga horária total e disciplinas estabelecidas pela legislação de trânsito vigente.

Art. 11. O candidato deverá estar disponível ao calendário oficial e aos horários de aulas estabelecidos pelo Centro de Formação de Condutores (CFC).

Art. 12. O candidato deverá cumprir toda a carga horária de aulas definidas na legislação de trânsito vigente, sob pena de não poder realizar os exames teórico e prático.

Paragrafo único. Quando da realização de convênios com entidades ou empresas formativas, e estas disponibilizarem de formação empreendedora e de curso visando formação profissional, conforme Resolução do CONTRAN nº 789/20, esta será de participação obrigatória.

Art. 13. A distribuição dos selecionados para a rede credenciada pelo DETRAN/PB, objetivando a realização dos exames e das aulas necessárias para o processo de formação do condutor, ocorrerá de forma sistêmica que promova a equidade.

Parágrafo único. Não haverá escolha do local de realização dos exames por parte do candidato, devendo ele, obrigatoriamente, realizar os exames e/ou aulas no estabelecimento definido por ocasião da distribuição sistêmica de que trata o caput deste artigo, sob pena de exclusão do Programa.

Art. 14. Todo o processo de habilitação deverá ser concluído pelo candidato no prazo máximo de 12 (doze) meses, sob pena de eliminação do Programa.

Parágrafo único. O candidato que for eliminado, abandonar, desistir ou não concluir todas as etapas do Programa “Habilitação Social”, no período de 12



GAZETA DE SOUSA

Jornal Oficial do Município – Lei Municipal nº 811/74

Nº 1493 – Edição Especial de Outubro de 2025

Sousa/PB – Sexta, 31 de Outubro de 2025

(doze) meses, ficará impedido de participar novamente do Programa pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da data de encerramento da última etapa que tenha participado.

Art. 15. O número de vagas, o período de inscrição e os prazos para conclusão das fases do Programa “Habilitação Social” serão divulgados em edital a ser publicado pela STTRANS – Superintendência de Transportes e Trânsito de Sousa, e publicado no site oficial do município.

Art. 16. A STTRANS – Superintendência de Transportes e Trânsito de Sousa - reserva-se ao direito de alterar, a qualquer tempo, o quantitativo de vagas a ser ofertado, conforme a disponibilidade orçamentária e financeira, por portaria.

Art. 17. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Sousa, Estado da Paraíba, 31 de Outubro de 2025.

HELDER MOREIRA ABRANTES DE CARVALHO
PREFEITO CONSTITUCIONAL



GAZETA DE SOUSA

Jornal Oficial do Município – Lei Municipal nº 811/74

Nº 1493 – Edição Especial de Outubro de 2025

Sousa/PB – Sexta, 31 de Outubro de 2025

PORTARIA

PORTARIA Nº 600/2025/PMS-GAB

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOUSA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, inciso I, Alínea “a” e inciso III, alínea “e” da Lei Orgânica do Município e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação do Programa Habilitação Social, conforme Decreto nº 949, de 31 de outubro de 2025, com a finalidade de acompanhar e auxiliar a execução das ações relacionadas ao referido programa no âmbito do Município.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão de Avaliação os seguintes membros:

I – Leila Maria da Silva Leite – representante da Chefia de Gabinete;

II – Bruno de Medeiros Fontes – representante da STTRANS;

III – Francisco Marcos Alves – representante da Secretaria de Assistência Social.

Art. 3º Compete à Comissão de Avaliação:

I – analisar e validar as informações e documentos encaminhados ao Programa, emitir pareceres e relatórios técnicos, quando necessários.

II – auxiliar na interlocução entre os setores envolvidos e a coordenação do Programa.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Sousa, Estado da Paraíba, 31 de outubro de 2025.

HELDER MOREIRA ABRANTES DE CARVALHO
PREFEITO CONSTITUCIONAL